



Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5544 – Bairro São Pedro – CEP 15090-000 – Fone: (017) 3201-5000  
São José do Rio Preto/SP – CNPJ: 60.003.761/0001-29

## FUNDAÇÃO FACULDADE REGIONAL DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

CNPJ - 60.003.761/0001-29

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

#### **1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto, denominada resumidamente de FUNFARME, é uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Foi criada em 12/06/1967, com sede e foro em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, tendo por regência o seu Estatuto Social, Regimento Interno e normas legais aplicáveis.

A entidade de caráter beneficente tem por objetivo exclusivo de utilidade pública a realização direta, constante e ativa na assistência integral à saúde e no ensino, a quem dela necessitar, sem qualquer tipo de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, através do Hospital de Base e demais Unidades Assistenciais, Hospitalares e de Ensino existentes e a serem criadas.

O Hospital de Base mantido pela Fundação é também utilizado como Hospital Escola em parceria com a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. Além do Hospital de Base, compõem o complexo FUNFARME o Hospital da Criança e Maternidade, Instituto de Reabilitação “Lucy Montoro”, o Hemocentro de São José do Rio Preto e o Ambulatório de Especialidades. No desenvolvimento de suas atividades mantém convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, inclusive SUS, mantendo convênios de prestação de serviços hospitalares com operadoras de planos de saúde e equivalentes.

#### **2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos, com consonância com as novas práticas contábeis adotadas no país, especialmente os pronunciamentos do C.P.C. e normas aprovadas em resoluções do C.F.C., com as adaptações normatizadas pela Res. 1.409, de 27/09/2012 que instituiu as normas contidas no **“ITG 2002 (R1) – Interpretação Técnica Geral para Entidade sem finalidade de lucro”**. As suas demonstrações observam no que é compatível com as normas fixadas pela legislação das sociedades anônimas.



### **3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2021 foram elaboradas de acordo com os agrupamentos de contas ativas e passivas fixadas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/09, estando no mesmo padrão da apresentação de 2020 para efeitos comparativos.

O Ativo Circulante e o Passivo Circulante apresentam os direitos e as obrigações da FUNFARME com prazos não superiores a 365 dias. Já os direitos conversíveis e constantes do Ativo Não Circulante e do Passivo Não Circulante apresentam vencimentos após aquele prazo. O Patrimônio da entidade é apresentado como Patrimônio Social e os resultados dos exercícios conceituados como superávit ou déficit. As principais práticas contábeis adotadas são:

- 1) **Disponibilidades Financeiras:** Disponibilidades e equivalentes, além das Aplicações Financeiras de liquidez imediata, pelos saldos existentes na data da elaboração dos demonstrativos, inclusos os rendimentos correspondentes até a data do balanço, dentro do regime de competência, classificados como:
  - a. **Recursos livres:** aqueles que podem ser utilizados para pagamentos de despesas e/ou investimentos da Instituição sem qualquer restrição;
  - b. **Recursos com restrições:** valores decorrentes dos recebimentos oriundos de Convênios, Parcerias, Termos Aditivos e outros mais firmados com o ente público, sejam eles Federal, Estadual ou Municipal.
- 2) **Provisão para Perdas:** Estimativa de valores prováveis de perdas nos créditos a receber de atendimentos à convênios (glosas) e particulares, reduzindo-se os riscos de perdas futuras, feitos com fundamento em estimativas conservadoras.
- 3) **Contas a receber:** Consistem nas contas a receber da prestação de serviços a pacientes particulares e de diversos convênios com entidades ou empresas que mantém serviços ou planos de assistência à saúde, incluindo nestes o SUS e as operadoras de planos de saúde, estando os saldos apresentados pelo valor efetivo dos serviços prestados. Eventuais glosas (recusas de pagamentos) de operadoras de saúde encontram-se registradas nestas contas contábeis aguardando finalização dos processos de recursos e/ou aceites de glosas.
- 4) **Estoques:** Estão avaliados pelo custo de aquisição e são destinados ao uso nos serviços prestados pela entidade. Estão classificados como "livres para uso" e "restritos para uso", respectivamente, estoques próprios da FUNFARME e estoques do convênio Instituto de Reabilitação "Lucy Montoro".
- 5) **Investimentos:** Não existem investimentos em sociedades controladas.



- 6) **Imobilizado:** Os bens integrantes do Imobilizado estão avaliados pelo custo de aquisição, acrescido, quando for o caso, pela correção monetária de balanço até 31/12/1995. As depreciações foram registradas e avaliadas pelo conceito fiscal estabelecido pela Receita Federal, sendo que este conceito é adequado ao restante de vida útil dos respectivos bens.
- 7) A segregação contábil entre Ativo Circulante e Ativo não Circulante leva em consideração a expectativa da administração nas respectivas realizações, observando-se o prazo de 365 dias.
- 8) O Passivo Circulante, constituído por contas a pagar a fornecedores, obrigações sobre a folha de pagamento (repasses e encargos), salários a pagar, tributos a recolher, além de contas decorrentes das operações normais da entidade, todas apropriadas pelo regime de competência, encontram-se registradas pelo valor de liquidação. A segregação se fez com o prazo de vencimento até 365 dias.
- 9) O Passivo Não Circulante abrange as obrigações com prazos de liquidação superior a 365 dias, estando os encargos dessas operações registradas de forma segregada. Seu volume principal se restringe aos valores referentes aos processos (contingências judiciais).
- 10) O Patrimônio Social apresenta o saldo acumulado ao longo da vida da instituição e seu valor é composto pelas contas de superávit / déficit do exercício, Ajuste de Valor Patrimonial, saldo do Fundo Institucional, Ajuste de Exercícios Anteriores e Reserva de Reavaliação..., que, por sua vez, será mantida até a sua realização final, conforme os termos da Lei nº 11.638/07.
- 11) As Contas de Resultados levaram em consideração o regime de competência. As receitas decorrem dos serviços prestados pela entidade, de auxílios e subvenções públicas e também de captação de recursos na sociedade em geral. Os custos e as despesas são decorrentes das atividades da FUNFARME e são fundamentadas em documentos considerados idôneos.
- 12) As estimativas contábeis foram aplicadas nas provisões para perdas de contas a receber, nas depreciações, amortizações e nas Contingências Judiciais registradas no Passivo.

#### **4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Não existem operações com derivativos ou de hedge. A entidade mantém CDB e aplicações em fundos financeiros convencionais, sem riscos, de liquidez imediata.



Na data de encerramento do exercício constam valores depositados no Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Bradesco, Cooperativa SICOOB, Cooperativa SICREDI e Caixa Econômica Federal e que, no montante geral, totalizam R\$ 158,3 milhões de reais.

São representados por instrumentos financeiros, especialmente por CDBs e Fundos de investimentos, além de poupança, nos convênios públicos federais, todos com liquidez imediata, cujos valores apresentados se encontram com os rendimentos apropriados até 31/12/2021, com taxas praticadas no mercado e não sendo destinados a negociações ou mantidos até o vencimento. Seguem abaixo discriminados os valores depositados por Instituições Financeiras:

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>SALDO</b>
Banco Santander S/A	32.235.193,62
Banco do Brasil S/A	78.198.526,93
Caixa Econômica Federal	612.477,36
Banco Bradesco	681.052,19
Cooperativa de Crédito - SICREDI	87.075,15
Cooperativa de Crédito - BANCO SICOOB	46.524.761,91
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>158.339.087,16</b>

Do valor acima disposto, cumpre esclarecer que parte deste, especificamente R\$ 72,9 milhões, aproximadamente 46%, é restrito para uso, decorrente dos valores recebidos através de convênios, parcerias e termos aditivos firmados com a Administração Pública, em sua grande maioria com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e, como tal, obedecem a critérios rigorosos para sua destinação.

## **5 – CONTAS A RECEBER DE CONVÊNIO MÉDICOS-HOSPITALARES**

### **5.1 – CRÉDITOS A RECEBER**

O “Contas a Receber” derivados de convênios médicos hospitalares, convênios firmados com Prefeituras da região, convênio do SUS e outras de menores valores somam R\$ 54,9 milhões de reais. Foi apropriado em conta redutora denominada de Provisão para Perdas o total de R\$ 3,2 milhões, fato este que gerou a totalização líquida de R\$ 51,7 milhões de reais nos demonstrativos contábeis.

A Provisão para Perdas de R\$ 3,2 milhões de reais destina-se à garantia do valor dos riscos sobre eventuais insolvências de devedores relativos aos créditos a receber e às glosas sobre contas hospitalares promovidas pelos convênios.



O saldo destina-se à cobertura de eventuais riscos de não recebimento, cujas estimativas foram apropriadas de forma conservadora sobre o total a receber de operadoras de Planos de Saúde e de atendimentos particulares. Os principais créditos são decorrentes dos serviços prestados ao SUS e outros convênios, conforme apresentação abaixo:

<b>CONVÊNIO</b>	<b>R\$</b>
Amil Assistência Médica	1.086.960,67
Bradesco Saúde S/A	2.677.259,09
CABESP	464.117,70
Fundação CESP	541.301,25
HB Saúde S/A	13.801.651,05
Unimed de São José do Rio Preto	12.414.162,01
SUS	22.826.050,61
Outros	1.132.143,88
<b>TOTAL</b>	<b>54.943.646,26</b>
<b>(-) PROVISÃO P/PERDAS</b>	<b>(3.248.735,10)</b>
<b>TOTAL FINAL</b>	<b>51.694.911,16</b>

#### **5.2 – GLOSAS DE CONTAS HOSPITALARES**

No ativo circulante, em créditos a receber, existem o valor total de R\$ 2,1 milhões de reais a título de glosas pendentes de recebimento, em discussão através de recursos e que atual posição não pode ser reconhecida como perda. Os principais convênios e os valores das respectivas glosas estão demonstrados abaixo:

<b>CONVÊNIO</b>	<b>R\$</b>
Amil Assistência Médica	180.773,45
Bradesco Saúde S/A	51.652,87
Fundação CESP	17.722,17
HB Saúde S/A	1.012.045,74
Unimed de São José do Rio Preto	824.540,52
Outros Convênios	4.157,52
<b>Total das Glosas</b>	<b>2.090.892,27</b>



## **6 – ESTOQUES**

São constituídos por medicamentos, materiais hospitalares e de consumo em geral, da própria entidade. Não são destinados à venda e sim ao uso hospitalar com os próprios pacientes. Totalizam R\$ 41,3 milhões de reais, avaliados pelo custo de aquisição.

Do valor mencionado acima, 40,7 milhões são constituídos por estoques livres para uso e 0,6 milhões são restritos para uso, decorrentes do convênio firmado entre a FUNFARME e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (Convênio "Lucy Montoro"). Tanto nos estoques livres para uso como nos restritos foram realizados inventários no exercício nos meses de junho e dezembro, existindo, no caso, contagens físicas e de valores.

## **7 – AÇÕES JUDICIAIS**

No ativo não circulante, grupo de "realizável a longo prazo", existem valores contabilizados a título de "ações judiciais" no montante de R\$ 10,8 milhões de reais. São valores referentes depósitos judiciais (interposição de recursos) trabalhistas e outros valores oriundos de ações de cobrança por inadimplência de clientes, apresentados pelos valores originais, conforme abaixo discriminados:

Depósitos Judiciais - Trabalhistas	=	R\$	633,1 mil
Outras ações (cobrança – inadimplência)	=	R\$	10.181,3 mil

## **8 – ATIVO INTANGÍVEL**

O valor do Ativo Intangível é de R\$ 3.556,1 mil e sua correspondente parcela de amortização é de R\$ 3.199,8 mil, totalizando intangível líquido de R\$ 356,2 mil. Refere-se apenas a programas de computador (softwares).

## **9 – ATIVO IMOBILIZADO**

Totaliza R\$ 439,8 milhões de reais em 31/12/2021, com os valores apresentados pelo custo de aquisição mais reavaliação de bens ocorrida em anos anteriores, ainda quando permitido. A depreciação acumulada, em 31/12/2021, apresenta valor de R\$ 170,1 milhões, totalizando um imobilizado líquido de R\$ 269,7 milhões de reais. Os valores seguem discriminados abaixo, conforme classificação constante em nosso Balanço Patrimonial.



Discriminação	Valor de aquisição	Reavaliação de ativos	Total imobilizado	Depreciação	Imobilizado líquido
Imobilizado em andamento	87.110.175	-	87.110.175	-	87.110.175
Terrenos	3.900.000	-	3.900.000	-	3.900.000
Edificações	137.379.549	7.569.009	144.948.558	51.943.544	93.005.014
Máquinas e Equipamentos	160.218.156	2.369.728	162.587.884	92.300.214	70.287.670
Móveis e Utensílios / Livros e Materiais Didáticos	21.102.162	66.194	21.168.356	12.111.113	9.057.243
Veículos	1.097.242	7.163	1.104.405	722.295	382.110
Informática	18.975.025	-	18.975.025	13.029.295	5.945.730
<b>TOTAL</b>	<b>429.782.310</b>	<b>10.012.093</b>	<b>439.794.403</b>	<b>170.106.460</b>	<b>269.687.943</b>

A entidade entendeu que não existem bens com valores contábeis superiores aos respectivos valores de mercado e não realizou, em virtude desse entendimento, registros de "IMPAIRMENT".

O alto valor acumulado na conta "**Imobilizado em Andamento**" é resultado de obras e seus consequentes equipamentos, ainda não colocados em produção, conforme abaixo discriminados:

• Obras		
○ Blocos C e D	R\$	40.382.174,99
○ Bloco E + Emergência térreo	R\$	9.355.138,34
○ Anexo Hospital da Criança	R\$	4.185.154,97
○ Outras	R\$	902.015,23
<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>54.824.483,53</b>

Os blocos "C", "D" e "E" contarão com o mesmo número de pavimentos dos blocos "A" e "B" (8 andares) e apresentam, até o momento, investimentos na ordem de R\$ 50,0 milhões de reais. Já o anexo ao Hospital da Criança possui quatro pavimentos e custo aproximado, até o momento, de R\$ 4,2 milhões de reais.

Os equipamentos comprados e ainda não colocados em uso somam um total de R\$ 32,3 milhões e são, em sua grande maioria, investimentos em centrais de ar condicionado para todo o complexo dos blocos C, D e E, além de cabeamento e infraestrutura para a tecnologia de informática, alguns equipamentos médicos, camas hospitalares, entre outros de menor valor, que aguardam finalização de obras em determinados andares para serem colocados em uso.



As taxas de depreciações praticadas consideraram o tempo de vida útil remanescente dos respectivos bens. Contudo, registre-se que determinados bens poderão ter as suas vidas úteis ampliadas e, na oportunidade, poderão ser revistos os percentuais de depreciação.

## **10 – RECURSOS DE PROJETOS**

No passivo circulante existe um agrupamento de contas denominada “Recursos de Projetos – Entidades Públicas Nacionais”. Este agrupamento registra os valores que foram recebidos referente repasses de órgãos públicos das esferas nacional, estadual de São Paulo e municípios da região, além de doações de imobilizado, e que ainda não foram consumidos ou depreciados até a data de 31 de dezembro de 2021. Os recursos ainda não consumidos totalizam um valor de R\$ 82,3 milhões de reais e se resumem da seguinte forma:

• Federal	=	R\$ 42.195.317,62
• Estadual de São Paulo	=	R\$ 19.423.432,99
• Municipais	=	R\$ 16.302.367,04
• Outras doações	=	R\$ 4.385.129,15
Total	=	R\$ 82.306.246,80

Da classificação apresentada acima, “outras doações” referem-se a doações realizadas por entidades públicas e também pela iniciativa privada ao nosso parque imobilizado e, desta forma, encontram-se lançados no ativo não circulante, grupo imobilizado. A grande maioria das doações são decorrentes de ações de enfrentamento ao COVID19 e seguem listadas abaixo, com as descrições e valores na data de 31/12/2021:

1) Camas hospitalares – 10 unidades	R\$ 18.172,30
2) Equipamento de Ressonância Magnética	R\$ 3.346.729,17
3) Leitor de scanner CCD – código de barras	R\$ 1.698,97
4) Monitores Cardíacos – 10 unidades	R\$ 181.445,54
5) Refrigeradores – 02 unidades	R\$ 4.211,62
6) Sistema de vídeo conferência – Telemedicina	R\$ 16.294,81
7) Veículo motorhome Marcopolo 2013/2014	R\$ 68.388,83
8) Veículo Van – consultório móvel	R\$ 270.039,43
9) Ventiladores Pulmonares – 08 unidades	R\$ 478.148,48
<b>Total</b>	<b>R\$ 4.385.129,15</b>



As contrapartidas dos valores Federal, Estadual e Municipal encontram-se registrados no ativo..., especificamente bancos (contas restritas para uso). As contas bancárias restritas apresentam diferenças com este agrupamento pois, no final do exercício 2021, mais precisamente final de dezembro/2021, houve recebimento de valores em conta corrente própria, ou seja, não restrita, e que foi identificada posteriormente, já em 2022, como sendo recursos de subvenções públicas.

Sendo assim, os saldos constantes no Balanço Patrimonial nas disponibilidades restritas seguem os saldos das contas correntes bancárias do balancete e, apresentam diferenças com os valores do passivo a aplicar, conforme resumo abaixo:

Ativo	Mil	Passivo	Mil
<b>Circulante</b>		<b>Circulante</b>	
Disponibilidades		Recursos de Projetos	82.306,2
Recursos restritos	72.902,2	(-) Outras doações	4.385,1
(-) Lucy Montoro (Orçamento SP)	1.647,4		
(+) Valores lançados como irrestritos	7.394,7		
(-) Valores lançados como restritos	728,4		
<b>Saldo</b>	<b>77.921,1</b>	<b>Saldo</b>	<b>77.921,1</b>

Vale ressaltar que existe variação no saldo desta conta, em comparação com o ano anterior, de aproximados 40% para mais, pois, o aporte neste ano dos governos Federal e Estadual foi bastante superior, ainda devido ao enfrentamento do COVID19.

## **11 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS**

A entidade vem adotando o critério técnico de definição das contingências passivas conforme as normas e recomendações do CFC, IBRACON e da CVM.

Atende, especialmente, as normas fixadas pela Resolução nº 1.180/09 do CFC que normatizou essas práticas através da NBC-TG 25 (R1). Dentro desses critérios foram provisionadas a totalidades das ações consideradas **PROVÁVEL, mensuráveis** com suficiente segurança. Estão sendo relatadas as consideradas de probabilidade **PROVÁVEL, não mensurável**, e as consideradas de probabilidade **POSSÍVEL**. Assim sendo, pelos critérios adotados foram levados em consideração os seguintes enquadramentos:

- Ações prováveis, mensuráveis com suficiente segurança;
- Ações prováveis, **não** mensuráveis, com suficiente segurança;
- Ações possíveis, mensuráveis com suficiente segurança;
- Ações possíveis, **não** mensuráveis, com suficiente segurança;
- Ações remotas.



Neste exercício de 2021, como já vem acontecendo desde 2018, a Administração da Entidade entendeu por bem provisionar, no Balanço Patrimonial elaborado em 31 de dezembro de 2021, os valores de ações judiciais consideradas de “riscos possíveis” pelo Setor Jurídico, uma vez que essas ações, em futuro, passarão a ser de risco provável.

Como esta Fundação neste exercício apresentou um superávit elevado, resolveu-se utilizá-lo para resguardar eventualidades futuras e para maior segurança patrimonial desta organização. Assim, para exercícios futuros, quando estas provisões ou parte delas se transformarem em riscos prováveis, elas já se encontrarão provisionadas em benefício da proteção patrimonial da Fundação.

As ações prováveis e possíveis, conforme relatado acima, com valor **mensurável** em bases seguras, foram consideradas para efeitos de provisões de contingências e foram apropriadas / mantidas em 2021. As ações prováveis e possíveis, **sem valores mensuráveis** com bases seguras encontram-se divulgadas nestas Notas Explicativas. As ações remotas foram desconsideradas para efeito de apropriação ou divulgação.

As informações bases para esses procedimentos advieram do Departamento Jurídico de forma a estarem de acordo com a Deliberação nº 489/2005 da CVM em conjunto com o IBRACON. Em decorrência dos trabalhos resultaram-se nos quadros seguintes:

#### **I – AÇÕES TRABALHISTAS**

RESUMO	Valores (mil)	Nº de ações
Ações prováveis c/ valor	6.548,3	78
Ações possíveis c/ valor	2.907,8	42
Ações remotas	0,0	45
<b>TOTAIS</b>	<b>9.456,1</b>	<b>165</b>

O resumo apresentado acima resultou na provisão de contingenciamento de R\$ 9.456,1 mil, entre ações prováveis e possíveis de perda, devendo ser objeto de relato nas Notas Explicativas o total de 45 ações remotas de natureza de indenização trabalhista.

#### **II – DEMAIS AÇÕES (PROCESSOS) JUDICIAIS**

RESUMO	Valores (mil)	Nº de ações
Ações prováveis c/ valor	4.673,8	31
Ações possíveis c/ valor	10.301,0	72
Ações remotas	0,0	82
<b>TOTAIS</b>	<b>14.974,8</b>	<b>185</b>



O resumo apresentado acima resultou na provisão de contingenciamento de R\$ 14.974,8 mil, entre ações prováveis e possíveis de perda, devendo ser objeto de relato nas Notas Explicativas o total de 82 ações remotas de perda.

### **III – RESUMO DAS AÇÕES TOTAIS**

Resumo	Nº de ações			Valores (mil)		
	Trabalh.	Demais ações	Total	Trabalh.	Demais ações	Total
Ações prováveis c/ valor	78	31	109	6.548,3	4.673,8	11.222,1
Ações possíveis c/ valor	42	72	114	2.907,8	10.301,0	13.208,8
Ações remotas	45	82	127	0,0	0,0	0,0
<b>TOTAIS</b>	<b>165</b>	<b>185</b>	<b>350</b>	<b>9.456,1</b>	<b>14.974,8</b>	<b>24.430,9</b>

Em resumo, as provisões de contingências para ações totais, prováveis e possíveis com valor, somam R\$ 24.430,9 mil e englobam 223 ações. Existem, ainda, 127 ações com possibilidades remotas de perda.

### **12 – RECEITAS DE ÓRGÃOS PÚBLICOS**

A FUNFARME em 2021 realizou, através do regime de competência contábil, o valor de R\$ 244.919,3 mil de receitas originárias de órgãos públicos, sendo;

- Governo do Estado de São Paulo R\$ 196.547,6 mil
- Governo Federal R\$ 44.180,1 mil
- Governos Municipais R\$ 57,4 mil
- Destinações solidárias do imposto de renda (CMDCA / CMDI) R\$ 4.038,5 mil
- Recursos para enfrentamento do COVID19 – MP do Trabalho R\$ 95,7 mil

Nos casos de doações particulares, recebeu R\$ 13.980,0 mil que, em sua grande maioria, é composto de doações de fornecedores de materiais médicos, medicamentos e também gêneros alimentícios, sendo este último, destinado ao nosso Serviço de Nutrição e Dietética.

Através de Convênios firmados com a Prefeitura Municipal da cidade de São José do Rio Preto, a FUNFARME também recebeu em conta corrente bancária, a importância de R\$ 167.170,0 mil e realizou, através do regime de competência, o valor de 163.179,9 mil. Abaixo seguem os valores recebidos, por convênios:



<u>Convênio</u>		<u>Valor recebido</u>
Urgência e Emergência / SAMU	=	67.650.000,00
Atenção Básica	=	58.620.000,00
Média e Alta Complexidade	=	38.300.000,00
Vigilância em Saúde	=	2.600.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>=</b>	<b>167.170.000,00</b>

### **13 – PRINCIPAIS RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS DO EXERCÍCIO**

#### **13.1 – RECEITAS**

As receitas estão classificadas na Demonstração de Resultado, através de suas origens e suas destinações. Considerando as glosas ocorridas, as receitas geradas pela prestação de serviços ao SUS, operadoras de convênios médicos privados e pacientes particulares fecharam em R\$ 502.507,3 mil.

A principal receita é a oriunda do convênio firmado com o SUS..., R\$ 248.558,3 mil. Em seguida foram outros convênios médicos (operadoras de planos de saúde) e atendimentos particulares, que juntos geraram R\$ 253.949,0 mil.

O Convênio existente entre FUNFARME e Instituto de Reabilitação “Lucy Montoro” gerou receita bruta de R\$ 10.324,8 mil. Abaixo seguem discriminados os agrupamentos existentes nas contas de Receitas.

<b>RECEITAS HOSPITALARES</b>	<b>723.534.522</b>
<b>RECEITAS COM RESTRIÇÕES</b>	<b>258.883.148</b>
Receitas Convênio SUS	248.558.311
Receitas Convênio "Lucy Montoro"	10.324.837
<b>RECEITAS COM RESTRIÇÕES E VINCULADAS A PROJETOS</b>	<b>37.423.842</b>
CIP - Centro Integrado de Pesquisa	37.423.842
<b>RECEITAS LIVRES</b>	<b>264.047.676</b>
Receitas Convênios Médicos - (Planos de Saúde)	216.648.033
Receitas Pacientes Particulares	37.300.944
Receitas Convênios Prefeituras	10.098.699
<b>RECEITAS DE ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS COM RESTRIÇÕES</b>	<b>163.179.857</b>
Convênio Prefeitura de São José do Rio Preto	163.179.857



As glosas de contas hospitalares consideradas definitivas em 2021 totalizaram R\$ 4.471,6 mil, representando aproximadamente 2,06 % sobre as receitas de Convênios Médicos (operadoras de planos de saúde). As demais receitas relevantes, já citadas no item 12, foram às subvenções, que totalizaram R\$ 244,9 milhões.

Outras Receitas ocorridas no ano, de valores menos relevantes, são relacionadas às Receitas Financeiras, Patrimoniais, Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas e outras receitas diversas, que juntas, somam valor de R\$ 45.541,0 mil. As receitas totais abrangem, descontadas as glosas e incluídas as subvenções públicas, o valor de R\$ 1.013.994,8 mil, estando controladas pelo setor financeiro, setor este subordinado à Controladoria Financeira da Instituição.

### **13.2 – CUSTOS E DESPESAS**

Os custos e despesas da entidade totalizam um montante de R\$ 979.725,7 mil e estão relacionados logo a seguir. Os gastos com pessoal representaram 55,87% e o conjunto que envolve o material de consumo (hospitalar e outros) corresponde a 23,88%. Ou seja, mão de obra e material representa em conjunto 79,75% dos custos e despesas totais da entidade.

	31/12/2021
<b>DESPESAS</b>	<b>979.725.708,04</b>
Despesas com Pessoal	547.405.489,39
Material de Uso hospitalar e em geral	233.941.710,64
Serviços de terceiros	121.575.137,20
Repasse convênios	12.593.946,44
CIP - Centro Integrado de Pesquisa	16.516.010,47
Despesas tributárias	35.655,01
Despesas Financeiras	1.088.828,04
Cursos / Treinamentos	1.098.333,88
Provisão para Contingência Judicial	1.719.072,04
Despesas com Provisão de Perdas	432.623,85
Outras Despesas Operacionais	17.707.837,52
Depreciações do Ativo Imobilizado	21.262.510,03
Baixas de Imobilizado	113.070,80
Ajustes de estoques	4.235.482,73

### **13.3 – RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2021**

O ano de 2021 encerrou-se com **déficit operacional de R\$ 210.650,2 mil** e com **superávit total de R\$ 34.269,1 mil**. A diferença apresentada entre o déficit operacional e o superávit total é resultado dos recebimentos no **montante de R\$ 244.919,3 mil**, oriundos de **subvenções Públicas**, em sua maioria, do Governo do Estado de São Paulo.



DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Receitas totais	769.075,5
Despesas totais	979.725,7
<b>DÉFICIT OPERACIONAL</b>	<b>(210.650,2)</b>
Subvenções Públicas	244.919,3
<b>SUPERÁVIT NO EXERCÍCIO</b>	<b>34.269,1</b>

#### **14 – PATRIMÔNIO SOCIAL**

O Patrimônio Social sofreu aumento em seu valor, passando de R\$ 266.710,0 mil para R\$ 301.014,1 mil entre 31/12/2020 e 31/12/2021. As mutações limitaram-se ao **resultado do exercício** superavitário, no valor de R\$ 34.269,1 mil e **juros sobre a conta de investimento do Fundo Institucional** no valor de 35,1 mil.

A entidade optou por manter a Reserva de Reavaliação até a realização final, nos termos da permissão da Lei nº 11.638/2007. Segue abaixo quadro das **Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social – DMPL**.

	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultado do Exercício	TOTAL
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>248.223.335</b>	<b>7.359.845</b>	<b>(18.555.072)</b>	<b>29.681.915</b>	<b>266.710.023</b>
Recursos de juros aplicados	35.059	-	-	-	<b>35.059</b>
Incorporação Resultado Acumulado	29.681.915	-	-	(29.681.915)	-
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	34.269.058	<b>34.269.058</b>
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>277.940.309</b>	<b>7.359.845</b>	<b>(18.555.072)</b>	<b>34.269.058</b>	<b>301.014.139</b>

#### **15 – ESTACIONAMENTO FUNFARME**

A partir de agosto/2017 a FUNFARME passou a administrar seu próprio espaço de estacionamento, antes terceirizado para empresa do ramo. Com isto, foi constituído nova filial da Instituição, aprovada pelo Conselho de Administração da Entidade, para promover o perfeito controle da movimentação contábil e financeira desta nova unidade.

Sua gestão segue, hierarquicamente, normas definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva da FUNFARME.



Respectiva filial apresenta resultado favorável, devido ao grande fluxo de atendimentos existentes na FUNFARME. Porém, Todo o resultado obtido nesta operação é revertido para o atendimento nas unidades assistenciais da FUNFARME, quais sejam, o Hospital de Base, Hemocentro, Ambulatório de especialidades médicas e o Hospital da Criança e Maternidade de São José do Rio Preto.

Neste exercício encerrado de 2021 foram R\$ 2,8 milhões investidos na assistência em saúde, sendo, em sua grande maioria, utilizados no custeio das atividades operacionais da Instituição.

#### **16 – SEGUROS**

A entidade mantém seguros suficientes para atendimento de eventuais coberturas de sinistros, incluindo edifícios, veículos e equipamentos, além de fornecer seguro de vida para todos os seus colaboradores empregados.

#### **17 – HOSPITAL DA CRIANÇA**

Inaugurado em 11 de outubro de 2013, iniciou suas atividades em 15 de novembro de 2013, ainda como um bloco do Hospital de Base, vinculado à unidade Matriz. Toda a sua movimentação ainda é gerada dentro da unidade “matriz”, porém, possui informações descentralizadas por centros de custos para atender aspectos de origem gerencial.

#### **18 – NORMAS FEDERAIS PARA USUFRUIR BENEFÍCIOS FISCAIS – LEI Nº 12.101/2009 (revogada pela Lei Complementar 187/2021)**

Em 2009 houve a promulgação da Lei nº 12.101, que institui normas relativas ao terceiro setor, formado por entidades de fins filantrópicos.

A legislação contempla diversas exigências para a concessão das isenções tributárias e transferiu para o Ministério da Saúde, o acompanhamento do atendimento das normas. A entidade atende a todos os requisitos mínimos da legislação vigente após a promulgação da Lei 12.101, que, no seu art. 4º, fixa atendimento no percentual mínimo de 60% na oferta de prestação de serviços pelo SUS.

No final de 2021, a Lei 12.101/2009 foi revogada pela Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021. Esta última também preconiza o atendimento mínimo de 60% aos usuários do Sistema Único de Saúde, conforme abaixo descrito:



*Art. 9º Para ser certificada pela prestação de serviços ao SUS, a entidade de saúde deverá, nos termos de regulamento:*

*I – celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; e*

*II – comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados.*

Em termos de atendimentos físicos de pacientes, incluindo internações, consultas e exames, a Instituição se enquadra, com segurança, no percentual mínimo exigido na legislação. Os demonstrativos a seguir apresentam os atendimentos físicos dos pacientes no decorrer do exercício de 2021.

TOTAL DE ATENDIMENTOS						
	Consultas		Internações		Exames	
Origem	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Convênios	138.229	22,73	13.076	23,57	1.202.042	27,18
Particulares	4.515	0,74	728	1,31	74.384	1,68
SUS	465.400	76,53	41.682	75,12	3.145.396	71,13
Total	608.144	100,00	55.486	100,00	4.421.822	100,00

Verifica-se que houve atendimento dos percentuais mínimos exigidos pelo SUS, tanto em internações quanto em consultas e demais exames realizados pela entidade.

#### **18.1 – ISENÇÕES USUFRUÍDAS**

Em decorrência dos atendimentos acima prestados e por vários outros requisitos, a FUNFARME se enquadrava na Lei 12.101/2009 e se enquadra na atual legislação de certificação das Entidades Beneficentes..., ou seja, a **Lei Complementar 187 de 16 de dezembro de 2021**.

Desta forma, se beneficia da imunidade de contribuições à Seguridade Social (cota patronal). Neste exercício de 2021 a imunidade da cota previdenciária patronal atingiu o total de **R\$ 119.043.211,64 (cento e dezenove milhões, quarenta e três mil, duzentos e onze reais e sessenta e quatro centavos)**. Em contrapartida, atendeu as exigências para uso deste benefício através dos atendimentos aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS.

## **19 – EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID19**

No início do ano de 2.020 surgiu o COVID-19, vírus biológico que se alastrou por todo o mundo e que gerou impactos financeiros na grande maioria das economias mundiais..., principalmente no Brasil.

A FUNFARME também sentiu os impactos da pandemia. De março/2020 até dezembro/2020 a demanda por atendimento COVID foi aumentando consideravelmente, o que continuou em 2021, conforme números abaixo expostos:

<b>ATENDIMENTOS RELACIONADOS A COVID 19</b>						
	<b>Consultas</b>		<b>Internações</b>		<b>Exames</b>	
<b>Origem</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Convênios	1.748	33,34	1.163	28,43	28.013	27,19
Particulares	23	0,44	25	0,61	941	0,91
SUS	3.472	66,22	2.903	70,96	74.057	71,89
Total	5.243	100,00	4.091	100,00	103.011	100,00

Para suprir a demanda por atendimentos foram adequados, no decorrer do período 2021, na média do ano, 174 leitos de enfermarias e 150 leitos de UTI's, específicos para os pacientes COVID19, conforme discriminados abaixo:

- Enfermaria
  - Pediátrico 30
  - Adulto 144
  - Total 174
- UTI
  - Pediátrico 13
  - Adulto 137
  - Total 150

A FUNFARME, entidade voltada ao atendimento público na área de saúde e de prestação de serviços ao SUS, de grande porte e alta complexidade, além de referência para 102 municípios da Divisão Regional de Saúde 15 do Estado de São Paulo, tornou-se centro do noroeste paulista no tratamento da COVID19 e, por consequência, sentiu significativamente os reflexos em seus desempenhos econômicos e financeiros durante o ano 2021.



Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5544 – Bairro São Pedro – CEP 15090-000 – Fone: (017) 3201-5000  
São José do Rio Preto/SP – CNPJ: 60.003.761/0001-29

Devido ao aumento da demanda por atendimentos e conseqüentemente nos custos gerados, os governos federal e estadual entraram com aportes significativos na Instituição com o intuito de combater e amenizar o déficit gerado pelo vírus. Durante o ano de 2021 foram mais de R\$ 100,0 milhões com aumento nos custos, despesas e investimentos voltados para o atendimento de pacientes do COVID19. Em meados do 2º semestre de 2021 a Instituição começou a sentir a queda nestes atendimentos e, conseqüentemente, em seus custos correspondentes.

São José do Rio Preto, 31 de dezembro de 2021.

---

**Dr. Jorge Fares**  
**Diretor Executivo**  
**FUNFARME**

---

**Marcos Roberto Bogaz**  
**Contador - FUNFARME**  
**CRC – 1SP256668/O-4**